

Artigo 1
Tema: Inclusão

Inclusão do aluno com baixa visão: colaboração entre o educador especial e o professor da sala comum

Inclusion of students with low vision: collaboration between specialized educator and the regular classroom teacher

Débora Lucila Carlos¹

Carla Ariela Rios Vilaronga²

Silvana Tonon³

RESUMO

O presente artigo tem por objetivo mostrar as adaptações curriculares realizadas pela bolsista do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (Pibid) Educação Especial, durante o segundo semestre de 2011 e o primeiro semestre de 2012, em uma sala de aula do Ensino Fundamental de uma escola estadual do município de São Carlos/SP. Do plano de trabalho previsto para os bolsistas desse programa, dois objetivos nortearam as ações aqui relatadas: levantar as principais dificuldades da instituição a respeito dos alunos incluídos; elaborar, juntamente com os professores, adaptações curriculares, confeccionar materiais pedagógicos adaptados à realidade do aluno e fazer possíveis orientações. A produção de materiais e as adaptações realizadas facilitaram o ensino e a aprendizagem da aluna, auxiliando que ela participasse integralmente da comunidade escolar. Em relação à formação da bolsista do Pibid Educação Especial, o trabalho colaborativo permitiu o trabalho conjunto com o professor da sala regular, assim como a construção com bolsistas de outras áreas.

Palavras-chave: Educação Especial. Ensino colaborativo. Adaptação curricular.

ABSTRACT

This article aims to show the curricular adaptations made by the scholar of the Institutional Scholarship Program for Teaching – Special Education (Pibid), during the second half of 2011 and the first half of 2012, in an elementary state school classroom in the city council of São Carlos/SP. Based on the work plan provided for this scholarship program, two aspects guided the actions reported here: a) to identify the main difficulties of the institution about the students included; b) to prepare along with the teachers curricular adaptations, to produce teaching materials adapted to the students' reality and make possible orientations. The production of materials and the adjustments made facilitated the teaching and learning of the scholar, who could fully participate in the school community. Regarding the formation of the Pibid Scholar – Special Education, collaborative work allowed the joint work with the regular classroom teacher, as well as the construction with fellow scholars from other areas.

Keywords: Special Education. Collaborative-teaching. Curricular adaptation.

O Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência da Universidade Federal de São Carlos (Pibid-UFSCar-2010-2011) é um programa nacional que tem por objetivo incentivar os alunos dos cursos de Licenciatura a conhecer a realidade das escolas públicas, permitindo que licenciandos (de várias áreas) entrem nas escolas antes de seus estágios, facilitando a troca de experiência, a interação com a escola e, principalmente, o contato direto com os alunos.

Tem como objetivo a articulação e a coordenação de atividades de prática de ensino e conteúdos curriculares com ações colaborativas junto aos professores de escolas públicas estaduais. Dentre as áreas que atuam no Pibid-UFSCar, a Educação Especial foi bem aceita e está integrada nos trabalhos interdisciplinares que acontecem na escola, projetos e trabalho colaborativo em sala de aula.

A escola em que se contextualiza esse trabalho faz parte da rede estadual de ensino de São Paulo, estando localizada na região periférica da cidade de São Carlos, com aproximadamente 1.500 alunos e em média 80 professores. O subprojeto Pibid Educação Especial realiza as atividades há um ano nesse programa, com cinco bolsistas licenciandas. Durante esse tempo, integrou-se o objetivo com a proposta da escola, almejando alcançar um trabalho de forma interdisciplinar.

Os objetivos presentes no subprojeto da Educação Especial dentro do Pibid-UFSCar, que fundamentaram o plano de trabalho do segundo semestre de 2011 e o primeiro de 2012, foram:

- Levantar as principais dificuldades da instituição a respeito dos alunos com necessidades educacionais especiais (NEEs) matriculados, por meio de observações em sala de aula, para verificar as produções acadêmicas dos alunos, a interação com seus pares e ouvir o relato dos professores e demais agentes da escola. Os relatos eram realizados em conversas durante o período da aula, na qual a bolsista estava presente.
- Baseados nos dados levantados pela observação em sala e pelos relatos dos professores, elaborar de forma conjunta adaptações curriculares, confeccionar materiais pedagógicos adaptados de acordo com a necessidade do aluno e orientar os professores da escola em questões de acessibilidade.

A equipe trabalhou em conjunto com os professores, propondo adaptações curriculares de pequeno e grande porte e a confecção de materiais adaptados às condições dos alunos com NEEs da escola, além de vivenciar o desafio de trabalhar com equipes de outras áreas do programa.

A aluna acompanhada nas atividades retratadas aqui tem 13 anos de idade, cursa o 7º ano do Ensino Fundamental e tem deficiência auditiva leve e baixa visão. Faz uso de aparelho auditivo e de recurso óptico (óculos de grau), porém sente dificuldade para enxergar, mesmo objetos a curta distância. Recebe o atendimento educacional especializado semanalmente com a professora de Educação Especial de forma itinerante no turno em que estuda. Em razão das necessidades que a baixa visão requer, foi indispensável a sensibilização da comunidade escolar para o conhecimento das adaptações curriculares e a construção de materiais adaptados.

A área de matemática, em especial, além de ser uma das disciplinas acompanhadas com a aluna-alvo, exigiu conhecimento específico do conteúdo por parte da bolsista da Educação Especial, que foi realizado em forma de parceria e colaboração com a equipe da área.

Este artigo trata de reflexões sobre vivências realizadas no âmbito do Pibid, sendo analisadas as atividades realizadas pela bolsista e as alterações por ela retratadas. A metodologia das atividades realizadas foi exposta no decorrer do trabalho.

A proposta de colaboração na escola

Os autores Cook e Friend (apud ARGUELES; HUGHES; SCHUMM, 2000) definem o ensino colaborativo como a aproximação entre o professor da sala comum e do Ensino Especial, em que eles são responsáveis por compartilhar o planejamento, a dedicação e a avaliação de um grupo misto de estudantes, dos quais alguns possuem necessidades especiais.

Friend e Hurley-Chamberlain (2007) trazem algumas características que devem estar presentes no ensino colaborativo: é uma opção de prestação de serviços pela qual alunos com NEEs recebem educação especializada no contexto geral da sala de aula da escola regular; dois ou mais profissionais com licenciatura (educador especial e professor da sala comum) são coprofessores, atuando conjuntamente; o “educador geral” mantém a responsabilidade primária em relação ao conteúdo que será ensinado, enquanto o educador especial se responsabiliza por facilitar o processo de aprendizagem; os coprofessores estão firmemente comprometidos com os “nossos”, e não com o “meu” estudante.

Em se tratando da área de Educação Especial, que é uma modalidade que perpassa todos os níveis escolares, essa parceria é fundamental para que os alunos com NEEs participem plenamente das atividades realizadas na sala de aula e na escola.

Análise da experiência vivida pela bolsista na escola

O planejamento do trabalho na referida escola teve início com observações realizadas na sala de aula, propondo-se adaptações que os professores poderiam realizar para que a aluna pudesse participar plenamente das atividades. Após esse levantamento, iniciou-se a parceria entre a bolsista e os professores da sala comum, com o intuito de deixar o ambiente dessa aluna acessível para suas necessidades. A troca se deu mediante conversas sobre as dúvidas que os professores apresentavam sobre o material adaptado para essa aluna e as didáticas da sala.

Os professores não tinham observado as dificuldades reais da aluna, pois achavam que tanto os óculos quanto o aparelho auditivo, de que ela faz uso, supriam suas necessidades. Entende-se que os docentes da sala comum são peças fundamentais no processo de aprendizagem, porém muitas vezes eles não foram ou não estão preparados para receber os alunos. Segundo Beyer (2003, p. 1), os professores se julgam, muitas vezes,

despreparados para atender alunos com necessidades educacionais especiais: falta-lhes a compreensão da proposta, a formação conceitual correspondente, a maestria do ponto de vista das didáticas e metodologias e as condições apropriadas de trabalho.

Em relação ao exposto, o educador especial tem a proposta de suprir essa necessidade, trabalhando com o professor da sala comum, com o intuito de promover ao aluno com NEEs o ensino de qualidade, bem como a participação efetiva em todo o ambiente escolar. Na escola estudada, houve a oportunidade da conversa e da troca com os professores disponíveis e interessados em atender às necessidades da aluna.

Foram realizadas, em colaboração com os professores, adaptações de pequeno porte que ajudaram a aluna em seu processo de aprendizagem. Notou-se que as adaptações sugeridas foram realizadas não somente com os professores acompanhados pela bolsista, mas com os outros professores da escola, iniciando-se uma mudança na cultura de trabalho com essa sala de aula. Segundo o Projeto Escola Viva-MEC (2000), adaptações de pequeno porte são:

[...] modificações promovidas no currículo, pelo próprio professor, de forma a permitir e promover a participação produtiva dos alunos que apresentam necessidades especiais no processo de ensino-aprendizagem, na escola regular, juntamente com seus parceiros coetâneos. São denominadas de pequeno porte porque sua implementação encontra-se no âmbito de responsabilidade e de ação exclusivo do professor, não exigindo autorização, nem dependendo de ação de qualquer outra instância superior, nas áreas política, administrativa e/ou técnica. (MEC/SEESP, 2000, p. 8)

Essas adaptações, que parecem simples, fazem diferença na independência do aluno, no reconhecimento de suas necessidades e no progresso escolar. Alguns exemplos de

adaptações e acessibilidade realizadas foram: a escrita na lousa com o giz branco, em letras maiores; no uso do datashow e de atividades impressas, a preocupação com a fonte da escrita, o contraste das cores; a valorização e o estímulo dos acertos e erros; a observação da necessidade, por parte da aluna, de um tempo diferenciado para realizar as atividades; a posição da carteira nas primeiras fileiras; a liberdade para se levantar e chegar perto da lousa; a ampliação de material escrito; entre outros.

Foram realizadas também algumas adaptações de grande porte na escola, que foram de extrema importância para a aluna. Adaptações de grande porte são:

[...] ações que são da competência e atribuição das instâncias político-administrativas superiores, já que exigem modificações que envolvem ações de natureza política, administrativa, financeira, burocrática etc. (MEC/SEESP, 2000, p. 9)

A gestão da escola intermediou pedidos para a Diretoria Regional de Ensino solicitando materiais acessíveis para essa aluna. Uma das adaptações solicitadas foi a ampliação das apostilas adotadas pelo governo do estado. Foi feito um teste simples com várias letras (como Arial e Times) de tamanhos variados (do 18 ao 36), em negrito ou normal, para chegarmos ao resultado do tamanho ideal para a estudante.

Os recursos e materiais didáticos na Educação Especial são essenciais, servindo como um dos meios para o ensino-aprendizagem dos alunos com NEEs. Segundo Cerqueira e Ferreira (2000, [s.p.]),

[...] recursos didáticos são todos os recursos físicos, utilizados com maior ou menor frequência em todas as disciplinas, áreas de estudo ou atividades, sejam quais forem as técnicas ou métodos empregados, visando auxiliar o educando a realizar sua aprendizagem mais eficientemente, constituindo-se num meio para facilitar, incentivar ou possibilitar o processo ensino-aprendizagem.

Foi pela mediação realizada, tendo como recurso os materiais adaptados, que a aluna pôde compreender melhor o conteúdo curricular. A elaboração e a confecção desses materiais foram feitas sob a orientação do professor da disciplina em conjunto com o licenciando em Educação Especial, com base nas especificidades da deficiência. Isso demandou que essa adaptação, construção e seleção dos materiais fossem realizadas com responsabilidade e tendo como foco essa aluna.

Os sistemas de ensino devem assegurar aos alunos com NEEs currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organizações específicas para atender a suas necessidades (BRASIL, 1996). Segundo o Parecer CNE/CEB nº 17/2001:

[...] Todos os alunos, em determinado momento de sua vida escolar, podem apresentar necessidades educacionais especiais, e seus professores em geral conhecem diferentes

estratégias para dar respostas a elas. No entanto, existem necessidades educacionais que requerem, da escola, uma série de recursos e apoios de caráter mais especializado que proporcionem ao aluno meios para acesso ao currículo.

Mesmo tendo o financiamento do programa Pibid para a produção desses recursos educacionais, optou-se pela utilização de materiais de baixo custo. No caso da aluna-alvo, com baixa visão, o contraste de cores, o tamanho, o fácil manuseio e a resistência foram levados em consideração, como foi feito com seu *kit* de geometria (esquadros, transferidor e régua), utilizando-se de recursos simples, como cola de alto-relevo.

De acordo com Min, Sampaio e Haddad (2001), as pessoas com visão subnormal têm condições de acessar informações do ambiente pela visão, seja pela percepção de luz ou com o recurso de ampliação, não sendo necessário o aprendizado do Sistema Braille. Segundo Ventorini (2007), as adequações específicas do ambiente e o uso de materiais que possam apoiá-lo podem amenizar as dificuldades visuais. Foi o que se tentou fazer: materiais que pudessem diminuir as dificuldades da aluna e favorecer sua aprendizagem.

Transferidor em relevo

Na disciplina Matemática, a aluna com NEEs estava aprendendo ângulo; para ajudá-la, foi confeccionado um transferidor em tamanho ampliado. O objetivo era que ela aprendesse a usar o transferidor para medir ângulos complementares e suplementares, e o material adaptado auxiliou na compreensão do conteúdo. O transferidor foi construído em parceria com a bolsista Pibid de matemática, que orientou como explicar o uso do objeto de aprendizagem. Foram utilizados para construção materiais de baixo custo, como EVA, barbante para marcar em relevo e caneta permanente para marcar as medidas.

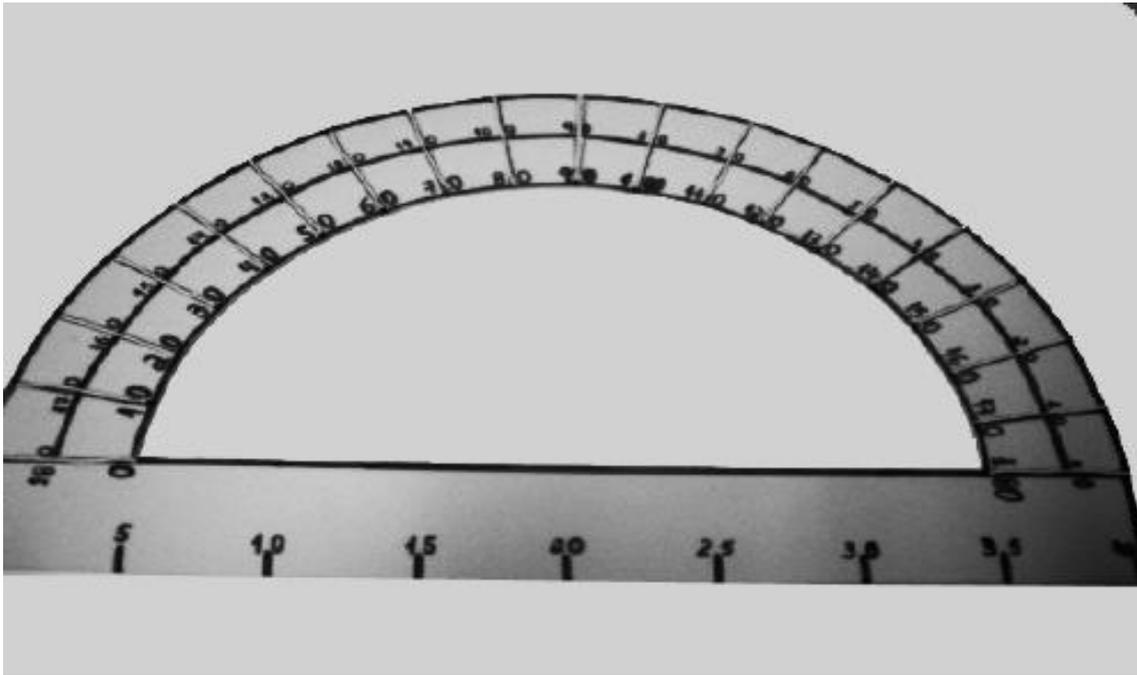


Figura 1. Transferidor ampliado. Fonte: Do autor.

O EVA, em uma cor com contraste já utilizado pela aluna (preto no amarelo), foi recortado no formato do transferidor utilizado na sala de aula. Para inserir as medidas, foi criada uma escala para que ela pudesse entender o funcionamento do transferidor de maneira ampliada. Nas marcações (linhas) correspondentes das medidas, foram colados pedaços de barbante para que ela pudesse sentir o relevo. Os números foram escritos com caneta permanente, escrita grossa preta, em fonte ampliada.

Houve também a necessidade de adaptar um transferidor em tamanho real para a aluna com NEEs, pois o modelo ampliado teve o foco apenas do entendimento do conceito e identificação das medidas. Em parceria novamente com a bolsista de matemática para fazer as marcações do transferidor do *kit* de geometria, discutimos e testamos diferentes adaptações de materiais, sendo escolhida a cola 3D, que ao ser passada fica em relevo. Também adaptamos com a mesma cola os esquadros e a régua do *kit*.

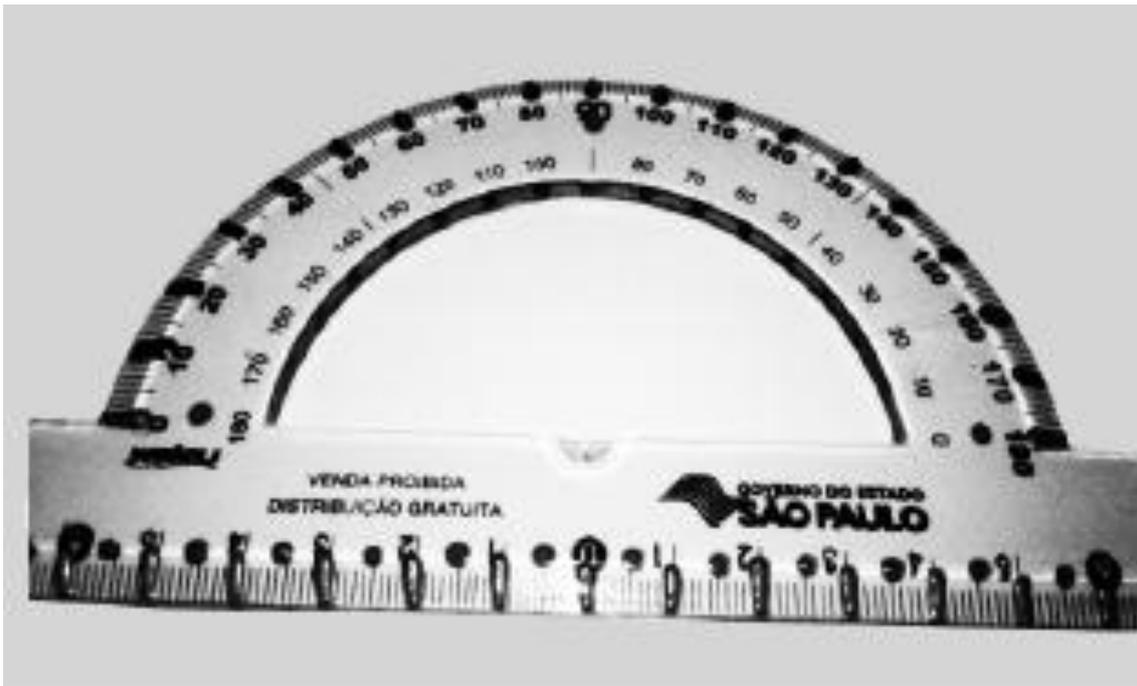


Figura 2. Transferidor ampliado. Fonte: Do autor.



Figura 3. Detalhe do alto-relevo. Fonte: Do autor.

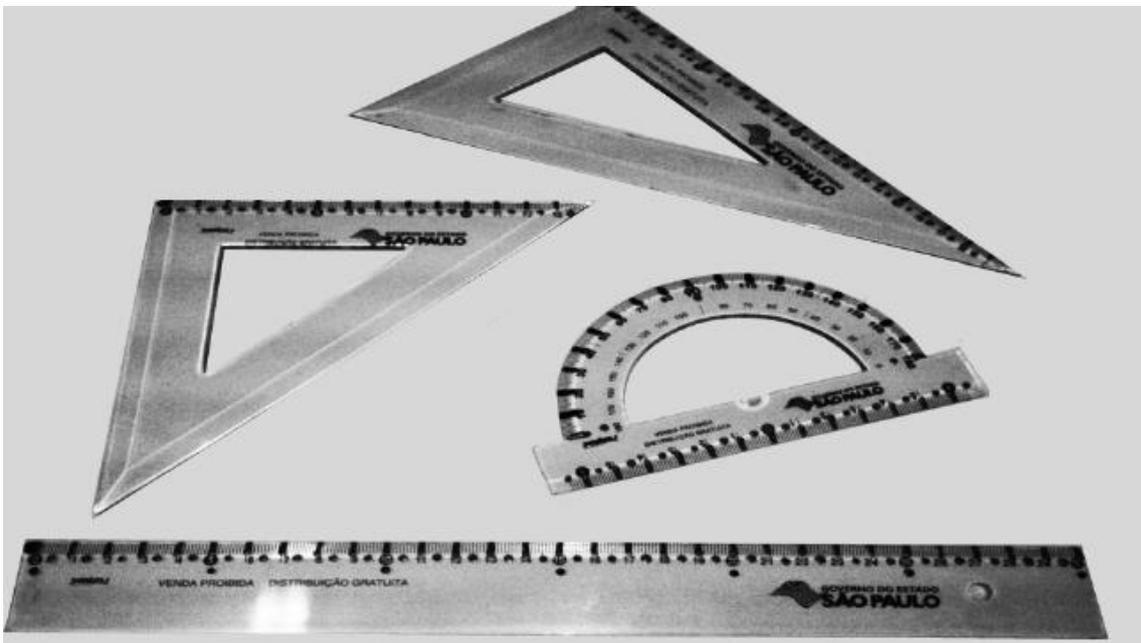


Figura 4. Kit de geometria adaptado em alto-relevo. Fonte: Do autor.

Para adaptação do *kit* de geometria em tamanho real, foi utilizada a cola 3D, que tem uma espessura mais grossa e precisa para o momento da confecção. Utilizou-se a cola na cor azul para marcação das linhas da régua que correspondem aos centímetros, visando ao manuseio (para a realização das atividades com cálculo de medidas e confecção de desenhos geométricos). A metade de cada centímetro foi marcada com um ponto de cola vermelho.

Representação visual dos conjuntos numéricos

Para a visualização da aluna dos conjuntos numéricos, foi confeccionada a representação visual (conjunto: naturais, inteiros e racionais). Com a ajuda da bolsista de matemática, elaborou-se a explicação do material confeccionado com EVA.

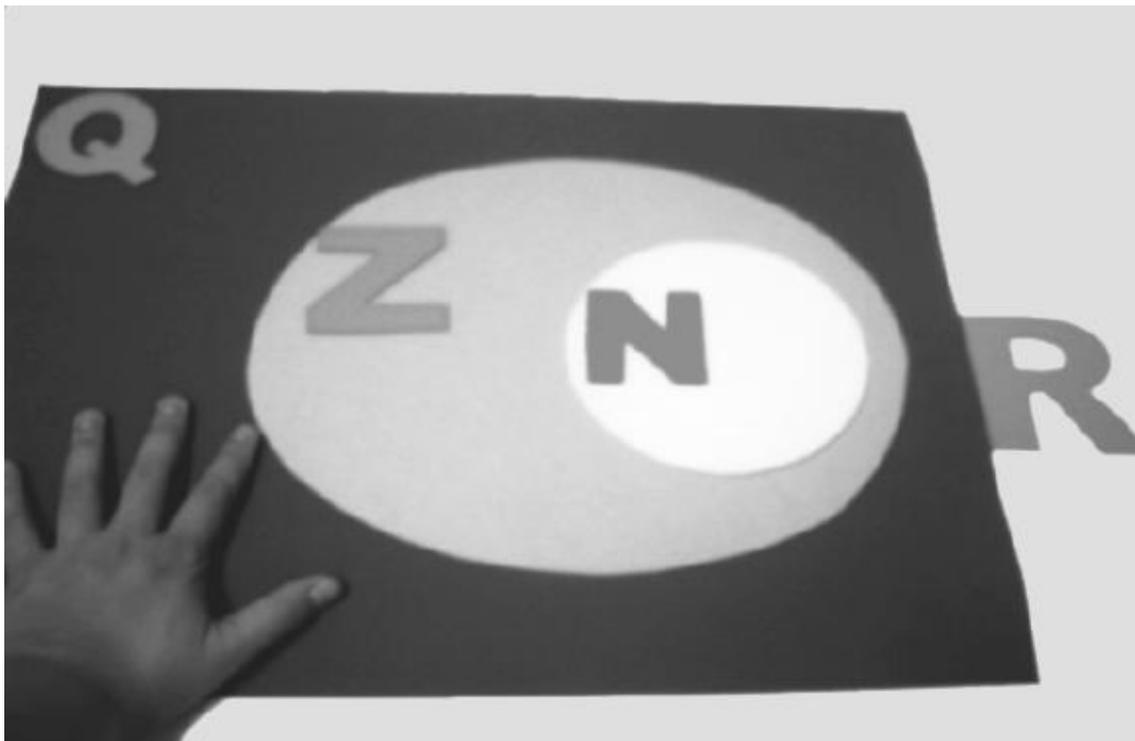


Figura 5. Representação visual dos conjuntos numéricos. Detalhe do tamanho da ampliação. Fonte: Do autor.

O material foi confeccionado com EVA, com cores que apresentassem contraste, na seguinte estrutura: fundo verde do tamanho de metade da folha do emborrachado (para facilitar o manuseio e o uso também com toda a sala de aula), círculos azul (representando “Z”) e amarelo (representando “N”). As letras “R, Q, Z e N” correspondentes aos conceitos também foram recortadas em EVA alaranjado, em tamanho ampliado.

Tabela de regras de sinais

A aluna com NEEs estava com dificuldades na aula de matemática com as regras de sinais; para auxiliá-la, a bolsista de matemática ficou responsável pela explicação do conteúdo e a bolsista da Educação Especial confeccionou o material com orientação da professora da sala. Na placa de EVA foram colados velcros e feitos os sinais de mais, menos e igual (também confeccionados com EVA), que podiam ser aderidos à placa. Para explicar à aluna, a bolsista de matemática colava os sinais e perguntava qual era o sinal resultante da junção deles, e depois aplicava em exercícios.

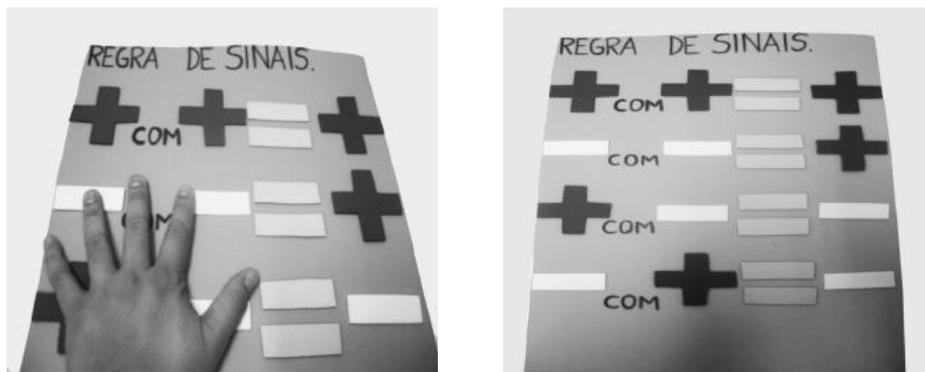


Figura 6. Tabela de regra de sinais. Fonte: Do autor.

O material adaptado foi confeccionado com EVA com cores contrastantes. Como fundo, utilizou-se meia folha do emborrachado na coloração alaranjada. Os sinais foram recortados também em EVA de tamanho ampliado, sendo: verde para o sinal de soma, amarelo para o sinal de subtração e azul para o sinal de igual. Para escrever o título, utilizou-se caneta permanente de ponta grossa na cor preta.

Discussão das atividades

Como resultados alcançados, notamos uma maior independência da aluna nas disciplinas acompanhadas pela bolsista durante o segundo semestre de 2011 e o primeiro semestre de 2012, que são: História e Matemática. Houve um momento de sensibilização dos professores e de orientação para que adaptações fossem realizadas e garantissem que a aluna participasse plenamente das aulas. Como exemplos já citados: ampliações dos textos e materiais escritos, remanejamento da sala para que a aluna pudesse sentar-se sempre à frente, realização das atividades em pequenos grupos quando não havia condições de o material ser ampliado, escrita na lousa com giz branco e com letras maiores. Essas adaptações tornaram-se parte do cotidiano dessa sala de aula.

A aluna necessitou de muita ajuda na disciplina Matemática, que abrange muitas competências e conceitos, como geometria, aritmética, álgebra, estatística, os quais não

se utilizam apenas de números, mas também de relações, classes, conjuntos e agrupamentos. Para dar conta dessa demanda, há uma necessidade de que o aluno com baixa visão possa ter materiais adaptados a seu alcance.

Os materiais concretos elaborados (transferidor ampliado, representação dos conjuntos, tabela de regras de sinais e adaptação de *kit* geométrico) foram de fácil manipulação e essenciais no processo de aprendizagem da matemática. Com a exploração e a construção dos conceitos, foi possível uma melhor compreensão por parte da aluna dos conteúdos da disciplina.

No primeiro semestre de 2012, observou-se um progresso grande em relação à socialização, à independência e ao aprendizado da aluna. Este pôde ser verificado por meio de suas notas e atitudes dentro da escola, não somente identificadas pela bolsista da Educação Especial, mas por toda a comunidade escolar.

Análise do trabalho colaborativo

Alguns professores da sala comum têm uma visão equivocada da colaboração, pois em sua maioria acreditam que o outro educador está em sua sala para apoiar somente o aluno com NEEs e que o ensino deste se tornará somente responsabilidade desse outro educador. Isso faz com que os bolsistas da Educação Especial tenham de negociar e renegociar a proposta de colaboração dentro da sala de aula e esclarecer que o apoio é para o trabalho em conjunto com o professor, e não somente para ficar ao lado do aluno com NEE. Pois, de acordo com Leitão (2006, p. 12):

Colocar alunos em contextos separados de aprendizagem, na base do apoio assegurado por professores de Educação Especial, é negar a esses alunos a oportunidade de poderem, no contexto da turma, interagir com os colegas e aí desenvolverem as competências acadêmicas e sociais que só esses contextos proporcionam.

Nesse movimento de diálogo entre os bolsistas e o professor da sala comum, que é muito importante para a formação docente, cabe ao bolsista uma reflexão sobre como trabalhar com os professores da sala comum e com toda a comunidade escolar. Lembramos sempre que cada sujeito é único, e o aluno com NEEs não é diferente. Cada aluno com NEEs tem suas especificidades, e temos de refletir sobre essa diferença e sempre que possível com a participação do próprio aluno. Vilaronga (2012) ressalta que as escolas com melhores condições de aprendizagem têm em seus quadros professores que trabalham como parceiros pedagógicos. Sabe-se que a inclusão de alunos com deficiência é facilitada quando dois professores colaboram no contexto da sala de aula.

No curso de Licenciatura em Educação Especial da Universidade Federal de São Carlos, é ofertada a disciplina Ensino Colaborativo, que tem um papel de formação inicial. Vilaronga (2012, p. 57) explica que o conteúdo da disciplina é teórico, mas os alunos terão a oportunidade de buscar a experimentação desse trabalho de colaboração em seus estágios ou em projetos como o do Pibid-UFSCar.

A proposta que se desenvolve no Pibid-UFSCar tem como objetivo que os licenciados relacionem teoria e prática como complementares, tendo como campo de atuação a iniciação à docência desenvolvida em torno dessas ações.

A colaboração requer entendimento e uma não hierarquização entre o professor da sala e o bolsista especialista, pois nesse movimento de ensino-aprendizagem há uma troca mútua de saberes. Deve-se sempre chegar a um consenso sobre a melhor forma de fazer com que os alunos com NEEs aprendam. Sabemos que, com a carga horária que hoje os professores têm, esse tempo pode não acontecer, por isso a importância do espaço que o Pibid-UFSCar proporciona para as discussões entre os bolsistas e os professores.

A experiência proporcionada aos licenciandos, de trabalhar de forma colaborativa as ações e os projetos que são desenvolvidos com os professores em sala de aula, possibilitou que os bolsistas participassem da dinâmica escolar e ofereceu uma formação inicial em que o sujeito pode refletir sobre sua prática.

Essa oportunidade de reflexão implica uma série de cuidados, como sugere Moreira (2001, p. 49):

[...] sugiro que o desenvolvimento da prática reflexiva: a) voltemos tanto para dentro, para a prática, como para fora, para as condições sociais e culturais em que a prática se desenvolve e contribui para a formação das identidades docentes e discentes; b) questionemos tanto as desigualdades como as diferenças identitárias presentes na sala de aula, buscando compreender e desequilibrar as relações de poder envolvidas; c) estimulemos a reflexão coletiva, propiciando a formação de grupos de discussão e de aprendizagem nas escolas, por meio dos quais os professores apoiem e sustentem os esforços de crescimento uns dos outros, bem como articulações entre diferentes escolas, entre as escolas e a universidade, entre as escolas e os distintos grupos da comunidade.

Levando-se em consideração o que sugere o autor no item “c”, o Pibid-UFSCar estimula essa reflexão e proporciona a ação coletiva por meio de seus encontros, reuniões, discutindo ações colaborativas dentro e fora da sala de aula, o que é fundamental na formação inicial.

Considerações finais

O trabalho colaborativo proposto pelo Pibid Educação Especial permitiu a construção de um trabalho conjunto entre a bolsista da área, os bolsistas de outros cursos, os professores da sala comum e outros profissionais envolvidos no contexto escolar. Essa interação foi de fato relevante para sua formação docente, podendo oferecer melhores condições de aprendizagem sobre docência, papel, especificidade e postura profissional.

Trabalhar em equipe, na maioria das vezes, não é uma tarefa simples, pois exige mudanças na cultura da escola e o entendimento de que os alunos, principalmente os que têm NEEs, não são “meus” ou “seus”, mas alunos da escola; assim, as adaptações devem ser pensadas em conjunto. Na escola aqui relatada, não foram vivenciados grandes obstáculos nesse trabalho conjunto, graças ao perfil construído de colaboração pela equipe escolar. As alterações e adaptações, na maioria das vezes, foram pensadas em conjunto e seguidas pela maioria dos professores que atuavam no processo educacional da aluna-alvo.

As adaptações de materiais, quando feitas sob a forma de ensino colaborativo, se tornam eficazes, podendo se transformar em estratégias pedagógicas e assim ser usufruídas por toda a turma, o que permite a interação do aluno com NEEs com seus pares. Essas adaptações, que parecem simples, fazem total diferença na independência do aluno, no reconhecimento de suas reais necessidades e em seu progresso escolar. A colaboração entre professores e bolsistas foi o que permitiu o crescimento educacional evidente da aluna.

Adentrar o contexto educacional na formação inicial anteriormente aos estágios, refletir sobre as práticas e presenciar o constante crescimento dos alunos com NEEs estimulam a procura por formas de trabalhar colaborativamente, possibilitam a construção de uma identidade profissional crítica e estimulam o trabalho em parceria, auxiliando no diálogo entre professor da sala comum e o especialista.

REFERÊNCIAS

ARGUELES, Maria E.; HUGHES, Marie T.; SCHUMM, Jeanne S. Co-teaching: a different approach to inclusion. **Principal** (Reston, Va.), v. 79, n. 448, 50-1, Mr. 2000.

BEYER, H. O. A. Educação inclusiva: incompletudes escolares e perspectiva de ação. **Cadernos de Educação Especial**, Santa Maria, n. 22, 2003. Disponível em: <<http://www.ufsm.br/ce/revista/ceesp/2003/02/a3.htm>>. Acesso em: 21 ago. 2012.

BRASIL. **Lei nº 394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1996.

_____. **Parecer CNE/CEB de 17 de agosto 2001 sobre diretrizes nacionais para a Educação Especial na Educação Básica.** Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB017_2001.pdf>. Acesso em: 19 ago. 2012.

CERQUEIRA, J. B.; FERREIRA, M. A. Os recursos didáticos na Educação Especial. **Revista Benjamin Constant**, Rio de Janeiro, n. 15, p. 15-20, dez. 2000.

FRIEND, M.; HURLEY-CHAMBERLAIN, D. Is co-teaching effective?. **CEC Today**. Retrieved, 10 jan. 2007.

LEITÃO, F. R. **Aprendizagem cooperativa e inclusão.** Mira-Sintra, edição do autor, 2006.

MIN, S. Y.; SAMPAIO, M. W.; HADDAD, M. A. O. **Baixa visão:** conhecendo mais para ajudar melhor. São Paulo: Laramara, 2001.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Projeto Escola Viva:** adaptações curriculares de pequeno e grande porte. Garantindo o acesso e permanência de todos os alunos na escola — alunos com necessidades educacionais especiais. Brasília: Secretaria de Educação Especial, 2000.

MOREIRA, A. F. B. Currículo, cultura e formação de professores. **Educar**, Curitiba, n. 17, p. 39-52, 2001.

PIBID/UFSCar. **Espaço de formação compartilhada entre professores da Educação Básica, EJA e licenciandos.** Projeto Institucional, versões 2010 e 2011.

PROJETO Político-pedagógico do Curso de Licenciatura em Educação Especial da Universidade Federal de São Carlos. São Carlos, dez. 2011.

VENTORINI, S. E. **A experiência como fator determinante na representação espacial do deficiente visual.** Dissertação (Mestrado em Geografia) — Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2007. 64 f.

VILARONGA, C. A. R.; MENDES, E. G. **Ensino colaborativo (coensino) para o apoio à inclusão escolar.** São Carlos: Programa de Pós-graduação em Educação Especial, 2012. 74 p. (Material didático do curso: Ensino colaborativo (coensino) para o apoio à inclusão escolar).

Recebido em: 23.9.2013.

Reformulado em: 8.11.2013.

Aprovado em: 11.11.2013.

NOTAS DE RODAPÉ

¹ Discente de Licenciatura em Educação Especial da Universidade Federal de São Carlos/UFSCar, licencianda Pibid-UFSCar. *E-mail:* deboralucila@hotmail.com

² Doutoranda, pedagoga do curso de Licenciatura em Educação Especial da Universidade Federal de São Carlos/UFSCar, orientadora Pibid-UFSCar. *E-mail:* crios@ufscar.br

³ Coordenadora do Ensino Fundamental da Escola Estadual Prof. Orlando Perez, supervisora Pibid-UFSCar. *E-mail*: silvana.tonon@bol.com.br